



EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSIVA: OS DESAFIOS DO PROFESSOR DIANTE DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Aparecida de Freitas Batista¹
Anna Caroline Costa A. Sampaio²
Sônia Alves Feitosa Somavilla³

RESUMO

Este trabalho versa sobre a importância da educação infantil e inclusiva no contexto dos desafios encontrados pelo professor ao lidar, especificamente, com a educação de alunos deficientes auditivos no âmbito escolar, com ênfase na análise das ações, didáticas, capacitação profissional e políticas públicas implementadas na inclusão desses alunos no ensino regular. O objetivo desta pesquisa são as reflexões sobre os desafios enfrentados pelo professor ao se depararem com a educação inclusiva no processo de ensino. Além disso, conterà estudos bibliográficos a cerca do tema que visam compreender de que forma esses alunos serão inseridos dentro do sistema educacional, bem como as principais formas de contribuição para a educação inclusiva. Para validar o estudo proposto em forma de pesquisa bibliográfica utilizou-se de uma revisão da literatura acerca das teses tratadas, partindo de livros e artigos, físicos e on-line, elencando autores que já abordaram e trabalharam o assunto nos últimos anos. Por sendo assim, o estudo realizado prezou o incentivo à produção de um conhecimento que contribuísse para uma educação conscientizadora e emancipadora na formação de sujeitos, trazendo o aluno para o seu lugar de protagonista.

Palavras-chave: Educação infantil, Educação inclusiva, Desafios pedagógicos, Deficiência auditiva.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consiste em um modelo educacional em que se propõem a inclusão de educandos portadores de alguma deficiência ou algum transtorno psicológico em turmas de ensino regular, objetivando a aprendizagem concomitante com outros alunos. Tal política visa o reconhecimento da igualdade de direitos, assim como o respeito entre as diferenças na oferta de uma educação de qualidade a qualquer classe ou categoria social. Porém, é necessária a compreensão sobre as políticas públicas de educação inclusiva para que se identifiquem os avanços e pretensões presentes no atual sistema de ensino.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol; Assunção, Paraguai; e-mail: cidaibatista@yahoo.com.br.

² Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol; Assunção, Paraguai; e-mail: carolcostasampaio@hotmail.com.

³ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol; Assunção, Paraguai; e-mail: soniafeitosasomavilla@gmail.com.



A relevância deste artigo se encontra na necessidade da compreensão dos delineamentos que contribuam como um apoio maior ao professor dentro da sala de aula, quando surge a necessidade de se pensar em propostas que incluam alunos não-ouvintes. Tal inclusão deve ocorrer de forma abrangente de fato, e não excludente como acontece em muitos casos. Além do mais, a inclusão escolar de alunos surdos se remete a uma reflexão a cerca da efetiva viabilidade no ensino regular em relação à metodologia de aprendizagem aplicada e progressão desses indivíduos, ou seja, *“A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual, que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos”*. (LACERDACBF, 2006, p.03)

Para a validade deste estudo proposto em forma de artigo, foi necessária a realização de uma revisão de literatura acerca do tema tratado. Para isso, utilizou-se artigos e livros de autores que trabalharam temáticas inerentes ao deste estudo, aplicadando novas ferramentas e perspectivas para o processo de inclusão de alunos da educação especial, enfatizando a realidade dos alunos com deficiência auditiva.

A legislação brasileira apresenta desenho para propostas de um ensino direcionado a um processo educacional inclusivo, atendendo questões tanto políticas quanto organizacionais, prezando por uma visão e missão atentas a questão social da inclusão, através de uma dimensão técnica e pedagógica. O contexto acima se compõe com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e ainda na estruturação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de 1996 com adaptações curriculares do ano de 1998, perfazendo assim um caminho orientado para compor uma educação direcionada as necessidades dos alunos na contemporaneidade.

Dessa forma, importa destacar o papel direcionador das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), que abrange, dentre vários fatores importantes, a educação no âmbito pedagógico, considerando que na dinâmica do ensino infantil, os alunos podem apresentar necessidades educacionais em quaisquer momentos de sua vida escolar, devendo estar o professor e a escola preparados para atender com diferentes estratégias esses alunos. Mas, surgem questionamentos a cerca dessa interação social: As escolas de fato, estão preparadas ou predeterminadas para lhe dar com a inclusão? Os professores possuem capacitação necessária e suficiente para a integração desses alunos no ambiente regular de ensino?

O objetivo desta pesquisa foi apresentar os principais desafios do professor no processo educacional especial de crianças com deficiência auditiva no contexto da inclusão



escolar; A análise sobre as políticas educacionais de inclusão, com fim em uma educação igualitária a todos, para que se possa compreender de forma mais razoável as ideologias que conduzem e orientam a educação inclusiva; Dar subsídios teóricos a professores no âmbito da legalidade e nas práticas escolares como forma de contribuição para a educação inclusiva de alunos deficientes auditivos, bem como a interação social desses indivíduos no ensino regular.

METODOLOGIA

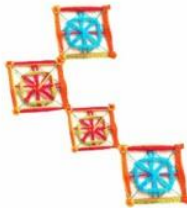
Este estudo tem como metodologia a pesquisa de classificação teórica através de procedimentos de levantamento bibliográfico e abordagem qualitativa. A pesquisa dos artigos e livros para subsidiar o trabalho foi feita em bases de dados como Scielo, Google acadêmico e Anais de universidades brasileiras. Os artigos e livros que não foram publicados nos últimos vinte anos foram descartados, bem como, os que não possuem validade científica e que não estejam na língua portuguesa, todos nacionais.

As palavras-chave utilizadas foram: educação; ensino; desafios do professor, alunos surdos, alunos com deficiência auditiva e inclusão. Assim, a fundamentação foi realizada com base nas discussões teóricas sobre o papel do professor no processo de inclusão de alunos surdos, bem como seus desafios em sala de aula e como agentes e formadores sociais. Os dados consultados para elaboração da discussão teórica foram selecionados conforme os objetivos elencados para subsidiar a fundamentação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Mediante a temática escolhida para subsidiar toda a pesquisa é imprescindível discutir sobre a criança, visto que a ela é parte integrante da sociedade, bem como o “futuro do mundo” como é dito popularmente. Assim sendo, pode-se dizer que a mesma é um ser especial que está em constante desenvolvimento e que convive em uma sociedade que possui uma pluralidade cultural permeada pelas diversidades sociais, históricas, econômicas, políticas e religiosas, dentre as demais.

Sabe-se que a infância começa a ser alterada mediante a institucionalização da escola através do processo de escolarização das crianças. Assim sendo, pode-se dizer que a construção da infância ocorrer a partir do desenvolvimento de uma pedagogia que seja voltada para elas, como destaca Corsaro, 2003, contudo, mais especificamente, aquela pedagogia que se volta para a necessidade especial de crianças surdas ou com deficiência auditiva.



Por muitas décadas, as crianças que eram consideradas deficientes auditivas frequentavam espaços e escolas separadas de crianças ouvintes, ou seja, não conviviam no mesmo ambiente escolar daquelas que eram consideradas “normais”. Pela não garantia da entrada de alunos surdos em escolas regulares fez com que esse público fosse marginalizado, bem como o corpo especializado de docentes com formação em educação especial, a quem eram destinados os cargos em escolas especiais para alunos surdos. Já os professores licenciados e pedagogos eram reservados aos cargos em escolas regulares (CAMPOS, 2011, p.27).

A Inclusão escolar se esteia ao fazer com que a criança portadora de alguma deficiência se sinta como uma parte integrante do ambiente que está/será inserida. Sendo assim, para que esta inclusão, de fato se torne efetiva, é necessário à participação de forma conjunta do corpo docente e multidisciplinar da escola, bem como da família e da comunidade no processo de aprendizagem dessas crianças.

Conforme afirmam Dallabona e Mendes (2004, p.107), não só a criança, como também todos os seres humanos se desenvolvem a partir do meio em que vivem e estão inseridos. As autoras também sustentam que o desenvolvimento cognitivo do aluno surge a partir do momento em que ele começa a conviver em sociedade, nascendo então o desenvolvimento cognitivo social a ser explorado. Crianças deficientes auditivas, geralmente, são deixadas à margem desse processo, pela falta de estrutura para recebê-las e, principalmente, para garantir sua estabilidade nesses ambientes escolares. No entanto, elas, como quaisquer outras crianças, possuem direitos garantidos para vivenciar e experienciar o ambiente escolar em sua totalidade.

Em sala de aula, a seleção estrutural de conteúdos é algo imprescindível para que o ensino-aprendizagem siga uma sequência gradualmente lógica e possa, aos poucos, atribuir significados aos objetos estudados dentro das possibilidades e das limitações de toda turma – portando ela alunos que necessitam de atenção especializada ou não –, principalmente no que diz respeito à educação inclusiva.

O ambiente escolar é propício para o contato direto com diferentes realidades trazidas pelos alunos. Proporcionar aulas que incluem essas interações é contribuir para o exercício da boa convivência e do bem-estar mútuo. Conforme (MARQUES R, 2001 apud DESSEN, POLONIA 2007, p. 6) afirmam, a escola do século XXI possui como escopo principal na estimulação da habilidade e aptidão de cada aluno, sempre voltando sua atenção as diferenças socioculturais que impactarão diretamente no seu desenvolvimento e discernimento do coletivo como um todo.



De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, 1948, os Direitos humanos surgem diante das deficiências sociais e individuais que norteiam a dignidade da pessoa humana. Assim sendo, é nítido que a resolução de questões sociais específicas possui respaldo em situações preexistentes, dando assim a liberdade na prática dos direitos humanos, sem hostilidade, intolerância ou violação destes direitos em sociedade.

As políticas públicas se destacam como um conjunto de leis, diretrizes e regulamentos que visam substanciar os direitos inerentes à educação inclusiva em uma determinada jurisdição. No Brasil, as principais políticas públicas vigentes são: Política Nacional de Educação Especial (Educação Inclusiva, 2008), o Plano Nacional de educação (2014), além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) é sugerido para a educação dos Portadores de Necessidades Especiais à elaboração de propostas pedagógicas que atendam a interação com outros alunos, adotando metodologias diferenciadas e que sejam, ao mesmo tempo, motivadoras (BRASIL, 1998).

Contudo, não apenas nele estão dispostas as questões que permeiam a educação inclusiva no Brasil. Na seção IV da Constituição Federal de 1988 que dispõe sobre Assistência Social, consta no Parágrafo único do Art. 203 que "*É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida*" (BRASIL, 1988, [online]).

Ou seja, existe – ou deveria existir – um programa de apoio à inclusão financiado pelo poder público. Ele ocorre por meios de repasses, a verba proveniente da receita tributária líquida é repassada para os Estados e Distrito Federal e os mesmos são encarregados de desenvolverem e executarem os planos e projetos de ações de inclusão, que abrangem não somente questões de inclusão social de pessoas marginalizadas por processos históricos – como o caso de comunidades –, mas também a inclusão de pessoas que portam algum tipo de necessidade especial como pessoas não-ouvintes.

A Lei 9.394/96 estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nela estão garantidas, por exemplo, a igualdade de condições para acesso e permanência escolar, bem como o padrão da qualidade no ensino. O Art. 4º dispõe no Inciso III "*atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino*" (BRASIL, 1996, [online]).

De acordo com o texto, é assegurada a inserção dos alunos surdos dentro da educação básica pública e, sobretudo, a garantia de que terão apoio especializado. Contudo, através de



análises rápidas observa-se que grande parte da evasão escolar dos estudantes não-ouvintes se dá por conta da falta de apoio especializado – os chamados intérpretes. Segundo Campos (2011, p. 7):

A partir da [Lei 9.394/96] surgiu o Decreto no 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2011b), que regulamenta as Leis de Acessibilidade (10.048/2000 e 10.098/2000), priorizando o atendimento às pessoas surdas com serviços de atendimento prestados por intérpretes de língua brasileira de sinais. Mas essas leis e direitos ainda não são colocados totalmente em prática em diversas instituições, e muitos surdos ainda enfrentam barreiras linguísticas e sociais.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, assegura em seu artigo 2º o dever “*do sistema de ensino em matricular todos os alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade a todos*”, ou seja, é papel indispensável da escola a garantia pelos direitos disponibilizados aos alunos deficientes. Além do mais, é atribuição escolar a inserção de medidas políticas e socioeducativas no currículo educacional com objetivo em operacionalizar e organizar de maneiras administrativas e pedagógicas tudo que permeia a educação especial dentro das escolas.

Ainda nessa perspectiva, o Inciso III do Parágrafo 1º no Art. 8º do PNE (Plano Nacional de Educação) dispõe que: “[...] *garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades*” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014). Ainda dentro do contexto, vale a pena ressaltar que a “META 4” (item 4.4) elaborada com o objetivo de direcionar o cumprimento da Lei nº 13.005/2014, estabelece a estratégia:

“*garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno*”.

Dessa forma, entende-se que para que de fato ocorra uma concretização do que se pauta nas políticas públicas voltadas a inclusão, é necessária uma atenção direcionada as ações conjuntas do corpo docente em suas estratégias pedagógicas, da gestão escolar na busca do desenvolvimento de atividades internas e diretrizes democráticas, bem como das famílias e parcerias que auxiliam no progresso da aprendizagem de qualquer indivíduo.



Diante disso, cabe ao professor, observar novas perspectivas de metodologias a serem adotadas em sala de aula, como seria o caso do lúdico, por exemplo, que vem sendo muito pautado nos últimos anos, pois ele abre um leque de possibilidades ao educador, viabilizando que o mesmo tenha a oportunidade de mediar de forma positiva à formação social do educando, usando das normas e regras das brincadeiras para vida escolar e social, deixando as crianças cientes de seus direitos e deveres de maneira lúdica e interagida.

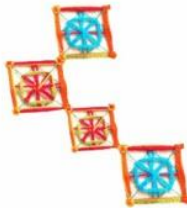
Segundo Silva (2016):

A ludicidade no ensino de libras pode possibilitar a inserção mais rápida dos alunos ao universo do conhecimento, facilitando para que se chegue à efetiva aprendizagem do aluno surdo. No entanto, para que isso aconteça, é preciso um planejamento adequado, de forma a efetivar o trabalho pedagógico, aliando o lúdico com uma proposta de aprendizagem e desenvolvimento significativo. A socialização promovida por tais atividades também se configura como importante fator para o desenvolvimento do aluno. Tal fator possui impacto direto no processo de ensino aprendizagem como, mostra Piaget afirmando que “o conhecimento humano é essencialmente coletivo, e a vida social constitui um dos fatores essenciais da formação e do crescimento dos conhecimentos” (PIAGET, 1975 p.17 apud. SILVA, 2016).

Estes novos métodos que se discutem nas Academias Científicas buscam desprender o aluno da ideia de que aprender é somente estudar e decorar e, principalmente, de que é feito apenas para pessoas não-deficientes. Além do mais, torna o processo de ensino-aprendizagem mais próximo da realidade do aluno e de suas aptidões, despertando o interesse pelo aprendizado que elas acarretam, cabendo ao professor em seu processo avaliativo, a busca pelo desenvolvimento das habilidades e evolução do aluno diante de suas específicas necessidades.

Além disso, o elo família e escola é primordial para o desenvolvimento do educandos no ambiente escolar, pois proporcionam o desenvolvimento essencial das crianças portadoras de alguma deficiência diante do fortalecimento de um diálogo entre os pais/tutores, pois eles auxiliarão na condução de práticas mais direcionadas que objetivam assimilar ações e conseqüentemente o aprendizado em sala de aula.

A educação inclusiva é uma porta para todos que participam dela, em maior ou menor grau, transformando alunos e professores em conjunto. O rompimento das barreiras de preconceito existente, bem como do entendimento das habilidades e potencialidade de cada indivíduo é algo a ser granjeado e conquistado, pois assim estaríamos diante de um desafio da reinvenção do mundo em que habitamos.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aprender é um processo de assimilação de qualquer forma de conhecimento, que ocorre desde a primeira infância até a última fase da vida. Está presente no brincar, no falar, nos modos e no conhecimento teórico, podendo ser desde coisas básicas, como escrever o próprio nome, até conhecimentos complexos, como matemática aplicada.

Para que se possa existir aprendizagem é necessário que haja todo um processo onde o aluno, com a orientação do professor, passa a assimilar, compreender, refletir e, finalmente, aplicar os conhecimentos que foram obtidos, assim à aprendizagem é efetuada com colocação da prática por parte do aluno. Contudo, quando esse aluno não está totalmente inserido no dinamismo da sala de aula, pela falta de apoio especializado, como são os casos dos alunos não ouvintes por conta da falta de intérpretes, esse processo se torna mais difícil de se contornar (CAMPOS, 2011,p.30).

Diante deste contexto, vale a pena ressaltar o exposto na “META 4” (item 4.3) do Plano Nacional de Educação: *“implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas”*.

É factual que a educação inclusiva brasileira ainda enfrenta uma crise a respeito de sua identidade, mesmo com toda paramentação jurídica, como a Lei 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais -PCNs, diversos decretos, fundos Estaduais de apoio, entre outros. A título de exemplo, no Estado de Goiás é possível destacar a Lei nº 9.681 de 23 de outubro de 2015, que era um projeto do ano anterior e visa determinar diretrizes e parâmetros para desenvolver políticas públicas educacionais que são voltadas para a educação bilíngue, ou seja, implementando Libras⁴ nas escolas de toda a capital goiana (ESTADO DE GOIÁS, 2015).

Inclusive, para Campos (2011, p. 31), a respeito dessas implementações afirma:

O monopólio histórico da educação especial na área de ensino de crianças surdas parece estar chegando ao fim. Cada vez mais há pressões sociais no sentido de abertura de espaços para que as pessoas surdas saiam de redutos segregados, ou seja, as escolas especiais, e possam optar entre as escolas de surdos e os espaços comuns da

⁴ Língua Brasileira de Sinais, são um conjunto de códigos, formas, gestos, especiais para a comunicação de pessoas que são deficientes auditivas.



sociedade (as escolas regulares, públicas e privadas), e ainda entrar igualmente no mercado de trabalho.

Por esses motivos existem versões variadas da inclusão dos alunos com deficiência auditiva nos espaços escolares, como ressaltam os autores. Fala-se da Educação Tradicional – aonde nela o aluno surdo é colocado como uma pessoa anormal, a qual é vista de maneira penosa e está sempre a margem. Criou-se em torno desse tipo de educação tradicional para surdos um estigma na figura do aluno com deficiência auditiva.

Em seguida surge a Educação para Diversidade que consiste na imposição da experiência dos alunos sem deficiência auditiva para os alunos com deficiência auditiva, ressaltando novamente o preconceito direcionado a essas pessoas e a falta de compreensão de suas reais necessidades, Campos (2011, p.25) expõe ainda que *“essa teoria não celebra a diferença, pois pretende investir na cultura universal, comum e igualitária, abandonando a cultura surda, o jeito do ser do povo surdo”*.

E o último modelo seria a Educação Cultural a qual abarca o aluno com deficiência auditiva como um sujeito cultural, dotado de suas particularidades e de suas pluralidades. Ela busca reafirmar a cultura propriamente dita da parte da população que está enquadrada dentro dos deficientes auditivos e que possuem seus sinais, seus signos, sua linguagem, enfim, sua própria cultura, que não pode ser negada ou levada a se tornar comum.

Essa terceira perspectiva é muito interessante para que o professor programe suas aulas levando em consideração as particularidades dos alunos, a melhor maneira de aplicação de um determinado conteúdo, o melhor método e técnica a ser usada em momentos específicos, que abranja as necessidades dos alunos em conjunto, se possível.

Ademais, o autor Libâneo ressalta:

Talvez o traço mais marcante de uma didática crítico-social – numa perspectiva sócio-construtivista, superando o caráter somente instrumental da didática usual - seja o de atribuir ao trabalho docente o papel de mediação entre a cultura elaborada, convertida em saber escolar, e o aluno que, para além de um sujeito psicológico, é um sujeito portador da prática social viva. (Libâneo, 1994, p. 7).

Sendo assim, perceber o contexto social dos alunos também é importante para que o conteúdo e exemplos do professor sejam presentes na realidade observada e sentida pelos mesmos. Contudo, de que adiantaria o professor adentrar essas esferas dentro da sala de aula se o aluno com deficiência auditiva não pode compreendê-las, pois não há uma pessoa especializada para interpretar? Por isso, é necessária a intensificação dos estudos de Libras no



ensino superior dos professores, contudo, os mesmos ainda precisariam de apoio para seus alunos.

Cabem ao professor o senso e a sensibilidade de sua avaliação. A educação inclusiva, sobretudo, é totalmente legal – em quesito de aparato de leis – e é totalmente humana. Nesse processo, o olhar do professor é fundamental: o primeiro passo para essa acessibilidade pedagógica é a transformação na postura do professor e na estrutura de educação; é o despir-se de preconceitos e de limitações. Sendo assim, as questões atitudinais são as primeiras barreiras visíveis dentro do processo da educação inclusiva.

Por isso, tratando-se de alunos com deficiência auditiva, seria interessante pensar em metodologias que os contemplassem e permeassem suas vivências dentro das escolas, para que a partir delas pudessem se sentir cada vez mais integrados e menos inibidos perante os demais. Levando em consideração também que existem infinitas habilidades que podem ser exploradas e muitas delas não necessitam do aparelho auditivo para acontecer. Por isso é de importância fundamental que o professor conheça a fundo a língua em que os alunos com deficiência auditiva conversam e a forma como eles se expressam em suas pluralidades. Para o deficiente auditivo, Libras é a sua primeira língua, sua língua materna, e através da língua de sinais é que o aluno terá o seu primeiro contato com a Língua Portuguesa, passando a assimilá-la.

Para a Federação nacional de Integração dos Surdos - FENEIS (2004), essa integração que visa ser plena para os portadores de deficiência auditiva precisa ser independente da tão falada inclusão nas classes de Ensino Regular. Sobretudo, é de suma relevância respeitar suas características particulares e proporcionar a convivência em ambientes que não haja repressão de quaisquer tipos, principalmente quanto as suas limitações auditivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar consiste em fazer com que o outro obtenha conhecimento. Contudo, para que se tenha um ensino que realmente agregue valores ao conhecimento, ou seja, para que aprender torne-se apreender, é preciso que o professor como transmissor se utilize de métodos e de técnicas que estejam sustentadas no que diz respeito ao contexto geral e local, pois a assimilação de informações torna-se mais clara uma vez que o aluno compreende a realidade em que está inserido.

Dessa forma, a escola e a família juntamente com o educador, estando envolvidos nesse processo de construção de conhecimento através da inclusão no processo de ensino e



aprendizagem, estarão contribuindo de maneira significativa na formação de vários cidadãos mais conscientes. Como na perspectiva freiriana que a experiência pedagógica deve despertar e estimular nos educadores o bem querer, o gosto pela prática educativa, visto que sem essa alegria perde-se o sentido de ser educador. E é com essa alegria e comprometimento que se devem orientar os educandos.

Sobretudo, é necessário o preparo do professor para estas ocasiões. O estudo Bilíngue, a prática de Libras, e tudo que possa facilitar o contato entre professor e aluno. O educador tem o papel fundamental no processo ensino-aprendizado da criança nessa perspectiva abordada, pois é ele quem vai elaborar dinâmicas, métodos e metodologias, combinando com os objetivos propostos a idade ideal, área do desenvolvimento da criança que vai ser trabalhado durante a aplicação das mesmas, ele será o condutor dessa situação, contudo, necessita do apoio do trabalho dos intérpretes, que deve ser uma ação conjunta. Os alunos deficientes auditivos projetam nos professores suas necessidades como qualquer outra criança, mas ao contrário das demais, encontram barreiras no momento de serem supridas.

É por esses motivos que o professor necessita ser bem instruído e devidamente preparado para receber alunos com deficiência auditiva e ter perspectivas a respeito do que deseja extrair de benefícios para seus alunos a partir de suas metodologias, não deixando que seja meramente para cumprir protocolos dos Currículos. Por isso é importante trabalhar na formação de professores com base em metodologias atrativas que o proporcione aparatos para desenvolver atividades além dos métodos já estruturados pela educação clássica e, principalmente, intensificar os estudos de Libras no Ensino Superior de futuros professores.

Professores precisam se sentir à vontade para desenvolverem atividades que abarquem necessidades específicas, como o caso de alunos que portam algum tipo de deficiência, principalmente nos casos de alunos com deficiência auditiva, de forma que chamem a atenção dos alunos, demonstrando que aprender pode ser um processo intensamente prazeroso e em conjunto. Para que o professor tenha essa liberdade, é necessário também que as escolas tenham estrutura para que isso seja levado além da sala de aula. Por isso, é necessário o aparato de medidas públicas e estruturais que valorizem as aulas e o trabalho do professor.

Também é de fundamental relevância que este estudo continue sendo feito e aprofundado por outros professores e pesquisadores da área de educação para aprimorar o conhecimento e, sobretudo, relatar experiências com as diversas formas que a inclusão de alunos com deficiência auditiva pode estar sendo feita e que podem fomentar ferramentas auxiliares no processo de ensino aprendizagem.



Educar por meio da inclusão é contribuir para a formação de indivíduos que saibam conviver em sociedade, exercitando o respeito e a tolerância. É também, acima de tudo, uma nova maneira de se pensar a escola e de repensar a educação como estrutura, reflexão que cabe aos professores e futuros professores que – como aborda o pensamento freireano – enxergam seus alunos não como bancos de informações a serem depositadas, mas pessoas com capacidades cognitivas extraordinárias em suas particularidades, passíveis de serem libertos através da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. [online]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: maio de 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília: DF. INEP, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em: maio de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Casa Civil. [online]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial - MEC; SEESP, 2001.

CAMPOS, M. L. I. L. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. **Coleção UAB–UFSCar**, p. 27, 2011.

CORSARO, W. **We're friends, right? inside kid's cultures**. Washington, DC: Joseph Henry, 2003. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2011/08/infancias.pdf>> Acesso em 15 de março 2020.

DALLABONA, S.R.; MENDES, S.M.S. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar uma forma de educar. **Rev. Divulg. Téc.-Cient. ICPG**, v.1, n.4, p.107-12, 2004.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei 9.681 de 23 de outubro de 2015**. Goiânia: Casa Civil. [online]. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2015/lo_20151023_000009681.html>. Acesso em maio de 2020.



FENEIS - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SURDOS. **Processo Educacional.** (2004). Disponível em: <www.feneis.com.br/educacao/educacao_inclusiva.shtml>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 1996 (coleção leitura).

LACERDA CBF. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. CEDES vol.26 no.69 Campinas May/Aug. 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARQUES R. Professores, família e projecto educativo. Porto, PT: Asa Editores. (2001)

SILVA, V. D. C. A Importância do Lúdico para o Ensino Aprendizagem de Alunos Surdos. **Revista Somma**, v. 2, n. 2, p. 47-57, 2017.